

Acessibilidade Digital em Tempos de *Big Data*: reflexões a partir do papel do Arquivista e das influências legais

Lais Pereira de Oliveira¹, Daniela Francescutti Martins Hott²

¹ <https://orcid.org/0000-0001-9092-4204> + Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil. laispereira2@yahoo.com.br.

² <https://orcid.org/0000-0003-3945-9014> + Câmara dos Deputados, Brasília, Distrito Federal, Brasil. francescutti69@gmail.com.

Tipo de contribuição: comunicação.

Resumo: A interlocução dos cidadãos com seus representantes eleitos e, com as instituições governamentais, se intensificou nos últimos anos. É fato que o uso da rede eletrônica por parte dos órgãos de governo propicia maior rapidez na difusão das informações sobre as atividades e decisões tomadas, as quais podem ser acessadas tanto pelo cidadão comum quanto pelos meios de comunicação de massa. A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, também é um dos propulsores de participação popular no Brasil. Contudo, é importante ressaltar que, em tempos de *big data*, um quantitativo exorbitante de dados desafia toda e qualquer iniciativa de organização e disseminação. Desse modo, há que se atentar para o papel do profissional da informação, sobretudo o arquivista, nessa dinâmica de grandes desafios percebidos no tocante ao gerenciamento e às análises de dados, estruturados ou não estruturados. No cenário acadêmico hodierno, por exemplo, os dados que são o cerne de pesquisas, decisivos para o sucesso nas respostas aos questionamentos investigativos, envolvem basicamente três momentos: captura, curadoria e análise. E no âmbito governamental não pode ser diferente. A instigação, porém, se mostra nos meios pelos quais se possibilita fazer chegar ao cidadão a informação que necessita, circunscrita a serviços básicos e ações destinadas à resolução de problemas do seu cotidiano. Inclusive porque volume de dados não significa, necessariamente, acessibilidade. A pesquisa em questão detém-se à problemática de qual o papel do arquivista em suas iniciativas de gestão, preservação e acesso documental e as influências legais capazes de contribuir para a acessibilidade digital de informação. Considera o cenário elevado de discussões em torno do acesso à informação e à larga escala de dados potencializados pela *big data* e ainda, a legislação que se avizinha dos profissionais de arquivo como um meio para eficiência da administração pública e o consequente empoderamento do cidadão. Trata-se de pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa e cunho bibliográfico-documental, que foca na literatura produzida no tema de investigação, assim como em documentos da proposição legislativa do universo em discussão. Contempla ainda discussão tendo por base o aspecto da produção, da gestão, da preservação e do acesso às informações arquivísticas/aos dados arquivísticos em ambientes *qubits*, fundamentada pelas respostas da coleta em campo junto a uma amostra de profissionais brasileiros da área de arquivo. Priorizaram-se arquivistas atuantes na área de gestão de arquivos digitais, que necessariamente desenvolvem pesquisas sobre diretrizes e/ou políticas de gestão, preservação e acesso à informações arquivísticas. Com relação às respostas da pesquisa aplicada, destaca-se que alguns pesquisadores ousaram afirmar que a própria comunidade arquivística ainda se encontra, em sua maioria, alheia ao assunto. Embora estes reconheçam que existem normativos nacionais e internacionais, acreditam que não há ainda uma execução efetiva desses normativos nos órgãos. Creditam isto à necessidade de avançar nos processos de conscientização de tomadores de decisão e relacioná-los com o *block chain*.

Palavras-chave: Acesso à informação; Ambiente web; Gestão de dados; Legislação arquivística.